

A insensibilidade dos sete ricos

O Brasil e os demais países devedores da América Latina têm o direito e o dever de reagir ante a atitude hostil com que os países ricos, reunidos em Londres, receberam o documento em que manifestam a apreensão generalizada nesta parte do mundo face à crise da dívida externa. Ignorando o documento e menosprezando a aflição dos seus subscriptores, os ricos persistem na insensibilidade que foi a marca predominante da evolução desta crise. De fato, ela não é um fenômeno endógeno dos países devedores, mas produto de uma conspiração de adversidades que se assentam nas regras do comércio internacional, firmemente sustentadas pelos ricos, assim como nos problemas internos de nações como os Estados Unidos que exportam sua inflação em forma de juros.

A atitude tomada em Londres é uma cruel insensatez política. Os sete países industrializados ali reunidos por certo não percebem a existência de uma relação de compromisso entre as duas partes do contrato. É esse compromisso que vem mantendo, a duras penas, a precária estabilidade política do mundo. As perturbações econômicas e sociais impostas a cada um dos países devedores, notadamente aos da América Latina, estão prestes a conflagrar esta região, desatando todo o poder que ela tem de desestruturar a ordem econômica e política internacional. A persistir a recusa dos países ricos em remover as causas da asfixia os principais países do continente irão à insolvência pura e simples, situação que não só destruirá o equilíbrio dos grandes bancos do mundo como provocará o desequilíbrio político, fenômeno potencialmente devastador.

Manter a negociação da dívida no

âmbito exclusivo do tecnicismo bancário é ignorar a extensa causalidade política da desordem estabelecida, na qual se sobressaem o déficit público americano e as restrições ao comércio dos países endividados. O primeiro fenômeno aumenta os juros da dívida; o segundo impede o ingresso de divisas necessárias ao seu pagamento. Como se pode resolver tal problema sem o recurso à discussão política e sem a participação atuante das nações que ditam as regras do mundo?

A questão, está claro, não se resolverá pelo critério de discussão seletiva, caso a caso, como o exigem os governos dos países ricos, porque as causas do endividamento crescente se manterão ativas independentemente de qualquer acerto individual que os devedores façam com seus bancos credores. É preciso estancar o crescimento da dívida e só se poderá fazê-lo bloqueando os fatores que, nos Estados Unidos, determinam a elevação dos juros; é preciso permitir aos devedores que amortizem a dívida, mas eles só o farão se os países ricos abrirem uma brecha que lhes permita ingressar com maior força no comércio internacional. Não é esta uma discussão a ser travada com bancos mas com governos.

Além e acima deste nível de apreciação das decisões de Londres cumple constatar a olímpica indiferença com que os países ricos assistem ao desenlace dos países pobres. Como se vivêssemos num mundo de opulência e de paz, ou como se vivessem eles numa ilha, soberanos e invulneráveis, não se dão conta de que a derrocada deste continente significará perdas irreparáveis para a paz e a segurança do mundo.